



António Silva Leal

FUNDAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

**RELATÓRIO DE
GESTÃO E
ACTIVIDADES
2025**

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	3
REGIÃO DO ALGARVE	4
CENTRO INFANTIL “O BÚZIO”	4
CRECHE “OS AMENDOINHAS”	8
REFEITÓRIO SOCIAL “O BÚZIO”	12
EQUIPAMENTO NOSSA SENHORA DA VISITAÇÃO	15
UNIDADE DE LONGA DURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ALBUFEIRA	17
SERVIÇOS DE FORMAÇÃO	21
REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO	26
ERPI QUINTA DO OITÃO	26
CRECHE “ALGODÃO DOCE”	28
REGIÃO DO BAIXO ALENTEJO	30
CRECHE “O SEARINHA”	30
OUTROS INDICADORES DE GESTÃO	36
GESTÃO DE UTENTES	36
ANEXOS ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, ACTAS E PARECERES	
BALANÇO	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA	
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
ACTA DE DELIBERAÇÃO DO CONSELHO EXECUTIVO	
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	
PARECER DO CONSELHO FISCAL	
ACTA DE DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	

NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação António Silva Leal, no cumprimento da sua missão institucional e das disposições legais e estatutárias aplicáveis, apresenta o Relatório de Gestão e Atividades referente ao exercício de 2025.

O presente documento procura evidenciar, de forma estruturada e transparente, as principais iniciativas, projetos e ações desenvolvidas ao longo do ano pelas diferentes respostas sociais e áreas de intervenção da Instituição, refletindo o compromisso permanente da Fundação com a promoção da solidariedade social, da inclusão e da melhoria da qualidade de vida das populações apoiadas.

Ao longo deste relatório são apresentadas as diversas dinâmicas de atuação da Fundação, considerando a especificidade de cada equipamento social, a abrangência territorial da sua intervenção e o impacto das atividades implementadas nas comunidades onde se encontra inserida.

É igualmente efetuada uma caracterização global dos utentes abrangidos pelas respostas sociais existentes, bem como dos recursos humanos que asseguram diariamente o funcionamento das diferentes valências e serviços, constituindo estes um elemento essencial para a concretização da missão da Instituição.

Por fim, o relatório integra os principais elementos de natureza contabilística, económica e financeira relativos ao exercício de 2025, incluindo as Demonstrações Financeiras e indicadores de análise que permitem avaliar a situação patrimonial, económica e financeira da Fundação, reforçando os princípios de rigor, transparência e responsabilidade na gestão institucional.

CENTRO INFANTIL "O BÚZIO"



O Centro Infantil "O BÚZIO" tem como missão prestar uma resposta socioeducativa de elevada qualidade, assegurando às crianças condições promotoras de um desenvolvimento global equilibrado, saudável e seguro. Paralelamente, garante às famílias a tranquilidade de confiarem os seus educandos a um contexto educativo estruturado, seguro e estimulante. A abordagem adotada baseia-se num modelo de atendimento personalizado, centrado na criança e alicerçado numa colaboração ativa com as famílias, numa lógica de corresponsabilização e partilha contínua de cuidados e estratégias educativas.

Em colaboração com os outros Equipamentos da área da Infância da Fundação, este Centro Infantil dispõe de um sólido projeto Educativo e de uma equipa de profissionais qualificados, experientes, motivados e empenhados em proporcionar todo o tipo de situações pedagógicas, fomentando o questionamento crítico da criança, a exploração e resolução cooperada de problemas promovendo desta forma a autonomia, a iniciativa e a responsabilização.

O Centro Infantil "O BÚZIO" integra as respostas sociais de Creche e Pré-Escolar, estando organizado da seguinte forma:

Creche:

- 1 Sala de aquisição da marcha (cerca de 2 anos) com capacidade para 10 crianças;
- 1 Sala para crianças dos 2 aos 3 anos com capacidade para 16 crianças.

Pré-Escolar:

- 5 Salas heterogêneas com capacidade total para 105 crianças.

Enquadramento

No decurso do ano em análise, o Centro Infantil “O BÚZIO” continuou a afirmar-se como um equipamento de referência no concelho de Albufeira, destacando-se pela qualidade da sua intervenção educativa, pela relação de proximidade estabelecida com as famílias e pela confiança que tem vindo a consolidar junto da comunidade.

O trabalho desenvolvido assenta num modelo de prestação de serviços socioeducativos com elevados padrões de qualidade, sustentado por uma comunicação transparente e uma articulação efetiva com os encarregados de educação. Esta proximidade foi essencial para o sucesso das múltiplas atividades dinamizadas, contribuindo de forma significativa para o progresso educativo e emocional das crianças ao longo do ano letivo.

Dinâmica e Organização do Equipamento

Em setembro de 2025, o Centro Infantil “O BÚZIO” iniciou o ano letivo com o Acordo de Cooperação integralmente preenchido nas duas Respostas Sociais, constituindo este mais um indicador da elevada procura e da confiança que o equipamento continua a gerar junto das famílias.

No âmbito da articulação com as famílias e da promoção do envolvimento parental, foram realizadas Reuniões de Pais com uma elevada taxa de participação, refletindo o interesse e o envolvimento dos encarregados de educação nas dinâmicas da instituição.

Paralelamente, é elaborado anualmente um Plano de Envolvimento Parental, através do qual são desenvolvidas diversas iniciativas de aproximação às famílias, nomeadamente a partilha regular de artigos informativos na Plataforma Digital Educativa, abordando temas relevantes nas áreas da educação, saúde, desenvolvimento infantil e parentalidade.

A utilização da Plataforma Digital Educativa assume, igualmente, um papel de especial relevância enquanto canal privilegiado de comunicação, permitindo uma partilha diária, imediata e próxima das vivências, rotinas e aprendizagens das crianças, reforçando a ligação entre a instituição e as famílias.

Com o objetivo de assegurar elevados padrões de segurança, conforto e funcionalidade das instalações, foram realizadas diversas intervenções de manutenção, melhoria e requalificação dos espaços do Centro Infantil “O BÚZIO”.

Neste âmbito, procedeu-se à requalificação do hall de entrada do edifício, criando-se um espaço mais informativo, apelativo e acolhedor, assumindo-se este como uma “porta de entrada” representativa da identidade, da organização e do trabalho educativo desenvolvido no interior da instituição.

Foram igualmente efetuadas melhorias ao nível dos equipamentos e infraestruturas, destacando-se a aquisição de uma nova máquina de lavar loiça industrial, acompanhada da respetiva bancada em inox, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho na cozinha e para uma maior eficiência funcional do serviço.

No âmbito da segurança, e com o objetivo de reforçar as medidas de prevenção e combate a incêndios, procedeu-se ainda à instalação de novos extintores com respetiva sinalética e de blocos autónomos de emergência com iluminação reforçada, promovendo melhores condições de proteção e segurança para crianças, colaboradores e visitantes.

Atividades Realizadas

- Ao longo do ano realizou-se um conjunto estruturado de atividades de carácter pedagógico, lúdico e cultural, com o objetivo de enriquecer as experiências educativas das crianças e reforçar a articulação com as famílias e a comunidade.

Das ações desenvolvidas, destacam-se:

- Realizou-se uma sessão de teatro com a atuação da Companhia Caju e Bambu, proporcionando um momento cultural significativo e estimulante para as crianças;

- Considerando a necessidade de renovação do modelo tradicional da Festa de Natal, a Direção Técnica promoveu a realização de um Espetáculo de Natal Institucional, desenvolvido em articulação com a Creche “Os Amendoinhas”, no Auditório Municipal de Albufeira. Para além da vertente recreativa dirigida às crianças e famílias, esta iniciativa contribuiu para o reforço da união e cooperação entre as equipas dos dois equipamentos, consolidando a ideia de continuidade educativa entre a Creche “Os Amendoinhas” e o Pré-Escolar do Centro Infantil “O BÚZIO”, bem como para o fortalecimento de uma imagem institucional positiva junto da comunidade.

- Participou-se ativamente, em colaboração com outras instituições do concelho, na organização e no Desfile de Carnaval, promovendo o espírito de comunidade e valorizando as expressões culturais locais;
- Desenvolveram-se as atividades comemorativas habituais, relativas a datas significativas como a Páscoa, o Halloween (Baile de Máscaras), o Dia do Pai e o Dia da Mãe, reforçando a dimensão afetiva e simbólica do quotidiano educativo;
- Realizou-se a habitual Festa de Fim de Ano Letivo, no Auditório Municipal de Albufeira, com a participação de todas as famílias, assinalando-se o encerramento do percurso anual com um momento de celebração coletiva;
- Para os finalistas do Pré-Escolar, organizou-se também a tradicional “Noite dos Finalistas”, com um “Jantar de Gala”, uma saída noturna e a pernoita nas instalações, assinalando de forma simbólica o fim de ciclo;
- Realizou-se, ao longo de todo o ano letivo, a execução das atividades pedagógicas regulares, devidamente estruturadas segundo as Orientações Pedagógicas para a Creche (OPC) e as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE). Estas atividades foram implementadas de forma sistemática, em coerência com os princípios pedagógicos definidos para cada faixa etária, assegurando-se o desenvolvimento global das crianças num ambiente seguro, estimulante e afetivamente estruturado.

----- CRECHE “OS AMENDOINHAS” -----

Contextualização

Sendo a Creche uma das primeiras experiências da criança num sistema organizado exterior ao seu ambiente familiar, é fundamental que o trabalho desenvolvido seja preparado de forma a considerar a faixa etária de cada grupo, mas também o nível de desenvolvimento de cada criança, dando espaço para que cada um se sinta integrado e seguro dentro do grupo a que pertence.

É nos três primeiros anos de vida que a criança aprende as principais regras de relacionamento com os outros, assim como valores e autonomia para conseguir ultrapassar alguns obstáculos. A relação com o outro, o que lhe é permitido ou não, o processo de independência, os cuidados com a higiene, as primeiras aprendizagens, seja em termos motores, seja em termos cognitivos, constituem momentos fundamentais no crescimento da criança.

Assim, o projeto pedagógico apresenta-se como um instrumento de planeamento e acompanhamento das atividades realizadas em contexto de creche. Um projeto deve considerar o nível de desenvolvimento, características, necessidades e interesses quer da criança, quer do grupo.

Neste projeto pretende dar-se a conhecer o plano de atividades sociopedagógicas a desenvolver em cada sala, respetivos objetivos e o plano de formação e informação para as famílias.

Este trabalho vai de encontro às Orientações Pedagógicas para Creche (Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação, Março 2024) tendo em conta as Áreas de Experiência e Aprendizagem nele preconizadas.

A creche “Os Amendoinhas”, integrada na Fundação António Silva Leal — uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos — orienta a sua ação pela missão, visão e valores que a definem, promovendo um apoio próximo e contínuo às famílias. Assim, assume como objetivo afirmar-se como uma instituição de excelência.

Áreas de Experiência e Aprendizagem:

Área	Componentes
Bem-estar e Saúde	1. A criança experiencia bem-estar físico através do envolvimento em situações quotidianas positivas ao nível da alimentação, higiene, sono/ descanso e movimento. 2. A criança experiencia bem-estar emocional e aprende progressivamente acerca das emoções e da sua regulação, na relação consigo e com os outros.
Identidade Pessoal, Social e Cultural	1. A criança constrói a consciência de si, identificando as suas características e reconhecendo-se como pessoa única. 2. A criança desenvolve autoconfiança e autonomia quando faz escolhas, toma decisões e resolve problemas. 3. A criança desenvolve sentido de pertença à comunidade de referência, respeitando-se a si e aos outros, aprendendo sobre a diversidade de pontos de vista e de culturas.
Comunicação, Linguagens e Práticas Culturais	1. A criança explora o mundo e interage com outros através do tato, do olhar, do cheiro, dos sons, da fala, do movimento, do brincar. 2. A criança usa diversos modos de comunicar com os outros, crianças e adultos, partilhando objetos, interesses, emoções e sentimentos, objetos e pequenas narrativas. 3. A criança interessa-se e participa progressivamente em diversas práticas culturais e respetivas linguagens simbólicas.

Princípios orientadores

- O Projeto Pedagógico tem em conta os seguintes princípios orientadores:
- Cada criança é um ser único com ritmos e necessidades diferentes, que devem ser respeitados;
- Cada criança deve estar inserida num ambiente acolhedor que lhe permita desenvolver a sua autonomia, onde se sinta segura, onde as suas aquisições sejam valorizadas e onde tenha liberdade para explorar e aprender.
- Todas as crianças devem ter as mesmas oportunidades para explorar, aprender, observar e criar;
- A relação escola / família deve ser valorizada e incentivada por forma a obter melhores resultados no processo de desenvolvimento de cada criança.

Objetivos da creche

- Assegurar condições que favoreçam o desenvolvimento harmonioso e global das crianças;
- Proporcionar a realização de experiências pedagógicas, lúdicas e de motricidade que facilitem o seu desenvolvimento físico e social, facultando um ambiente facilitador de brincadeira, interação, exploração, criatividade e resolução de pequenos problemas
- Estimular o desenvolvimento cognitivo, bem como despistar inadaptações ou necessidades especiais e assegurar o seu correto acompanhamento;
- Facultar uma alimentação adequada à idade da criança, sem prejuízo de dietas especiais em caso de prescrição médica;
- Assegurar cuidados de higiene pessoal;
- Proporcionar condições ideais para que as crianças estejam apoiadas enquanto os pais trabalham;
- Promover a articulação com outros serviços existentes na comunidade
- Disponibilizar informação aos encarregados de educação sobre o funcionamento da creche e desenvolvimento da criança.

Organização do Espaço

Distribuição das Crianças por Sala:

A Creche “Os Amendoinhas” dispõe de 9 salas de atividades, organizadas de acordo com as diferentes faixas etárias das crianças:

Distribuição das Crianças por Sala:

3 salas de Berçário (3 meses até à marcha): 24 crianças

3 salas de 1 ano (marcha até 24 meses): 38 crianças

3 salas de 2 anos (24 a 36 meses): 50 crianças

Todas as salas encontram-se no mesmo piso, onde estão igualmente localizadas a copa e a sala de refeições, instalações sanitárias de apoio às crianças, sala de isolamento, arrecadações (geral e de produtos de limpeza), instalações sanitárias para o pessoal, bem como ascensor e escadas interiores. O edifício dispõe ainda de saídas de emergência e está adaptado para garantir acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida.

Plano Pedagógico

Projeto Educativo: “Uma Aventura Pelos Cinco Sentidos – Emoções!”

O projeto “Educar Pelo Sentir” será desenvolvido ao longo do ano letivo 2024/2025, através de uma abordagem transversal, adaptada às diferentes idades e ritmos de desenvolvimento das crianças. A organização será feita por trimestres, com os seguintes subtemas:

- 1.º trimestre: partilha e solidariedade, honestidade e gratidão, cidadania e regras sociais
- 2.º trimestre: bondade e maldade, liberdade e respeito, vergonha e ciúme
- 3.º trimestre: alegria e tristeza, carinho e agressividade, medo e coragem

As atividades serão ajustadas aos interesses e necessidades de cada grupo, incluindo momentos comuns a todas as salas e promovendo o envolvimento da comunidade educativa. O projeto articula-se com o Projeto Educativo, o Plano Anual de Atividades e os Projetos Curriculares de sala.

Este surge na continuidade de experiências anteriores ligadas aos cinco sentidos, evoluindo agora para a exploração das emoções. Esta escolha reflete as mudanças sociais atuais, marcadas por ritmos de vida acelerados, novas dinâmicas familiares e maior exposição às tecnologias.

Neste contexto, a escola assume um papel essencial no desenvolvimento emocional das crianças. Torna-se fundamental promover competências como empatia, autorregulação, respeito e expressão de sentimentos, contribuindo para relações saudáveis e equilibradas.

Organização da Ação Pedagógica por Sala:

- Sala 1: As nossas emoções
- Sala 2: Viver as emoções
- Sala 3: O que estou a Sentir?
- Sala 4: Crescer explorando os cinco sentidos

- Sala 5: A brincar vou perceber o que sinto
- Sala 6: Hoje Estou-me a Sentir?

Atividades de Enriquecimento Curricular

Babyoga, Expressão Musical, Dança Criativa e Judo

----- REFEITÓRIO SOCIAL “O BÚZIO” -----

Seguindo o objetivo macro de ajudar e intervir na sociedade, a Fundação criou o Refeitório Social “O BÚZIO”, em julho de 1996, visando constituir um apoio social de primeira linha a pessoas em situação de extrema carência económica e social, designadamente pessoas em situação de sem-abrigo ou em risco de marginalização, bem como pessoas com incapacidade de assegurar as suas necessidades básicas, de forma temporária ou permanente.

O Refeitório Social disponibiliza vários serviços aos utentes que apoia, nomeadamente apoio alimentar, através da disponibilização de refeições confeccionadas ou de géneros alimentares; apoio à higiene pessoal, mediante a disponibilização de balneários e de todos os artigos necessários a uma higiene completa; e apoio ao nível do vestuário, através da entrega de roupa, mantas e calçado. Procura ainda estabelecer um processo de acompanhamento e comunicação que vise a realização de um diagnóstico social e a concretização de um projeto de vida orientado para a inclusão social.

O Refeitório Social constitui uma resposta social dirigida à população economicamente desfavorecida, proporcionando, no transato ano, um conjunto de apoios de âmbito social, dos quais se destacam:

- Servidas, em média, cerca de 50 refeições diárias, constituídas por sopa, prato principal, bebida, pão e sobremesa, acrescidas de lanche ou jantar (nos casos em que os utentes disponham de habitação onde possam acondicionar a refeição);
- Facultada a realização de higiene pessoal a pessoas em situação de sem-abrigo ou sem condições habitacionais adequadas, em balneários próprios, com disponibilização de gel de banho, champô, pasta e escova de dentes, toalhas, lâminas e gel de barbear, entre outros produtos;
- Entregues, semanalmente, géneros alimentares a famílias carenciadas para confeção de refeições no respetivo domicílio;

- Organização de um “Banco de Roupas”, através do qual foram recolhidos donativos de vestuário posteriormente distribuídos pelos beneficiários do Refeitório Social;
- Acompanhamento e encaminhamento psicossocial;
- Participação ativa nas campanhas de recolha do Banco Alimentar Contra a Fome;
- Recolha de donativos de géneros alimentares junto do Banco Alimentar Contra a Fome de Portimão;
- Realização do almoço de Natal destinado a pessoas em situação de sem-abrigo;
- Distribuição mensal de 100 cabazes alimentares a famílias carenciadas do concelho, no âmbito de protocolo celebrado com o Município de Albufeira;
- Recolha de donativos através de entidades privadas (Continente e Pingo Doce), com o objetivo de minimizar e colmatar as necessidades básicas dos utentes;
- Parceria com a Junta de Freguesia de Albufeira para atribuição de 80 cabazes alimentares a famílias carenciadas durante o mês de dezembro;
- Parceria com a unidade hoteleira “Hotel Júpiter”, em Albufeira, para recolha de géneros alimentares (refeições confeccionadas), três vezes por semana;
- Participação na campanha de Natal Missão Continente “Presentes à Mesa”, na loja Modelo Continente de Albufeira. A FASL foi a instituição selecionada para este estabelecimento comercial, tendo a campanha decorrido nos meses de novembro e dezembro, período durante o qual 50% da receita proveniente da venda de vales solidários reverteu para o Refeitório Social. O valor angariado ascendeu a 9.234,00 €, convertidos em cartão para aquisição de bens de primeira necessidade nas lojas Continente/Modelo. Este donativo constituiu uma mais-valia para o Refeitório Social, permitindo assegurar a confeção de refeições durante vários meses sem necessidade de recorrer ao fornecedor habitual de produtos alimentares.

Atendendo ao acentuado crescimento populacional do concelho de Albufeira, resultante da forte atratividade do território, aliado às especificidades da atual conjuntura socioeconómica, compreende-se o aumento de situações de vulnerabilidade social, envolvendo indivíduos e famílias sem retaguarda familiar, expostos a contextos de sazonalidade laboral, baixas qualificações escolares e/ou profissionais e consequentes riscos acrescidos de exclusão social — problemáticas nas quais se centra a atividade desta resposta social.

Importa ainda salientar que, desde 2015, e em face do aumento das situações de extrema carência e exclusão social, bem como no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, o Refeitório Social, em articulação com a Câmara Municipal de Albufeira e outras instituições do concelho, tem vindo a convergir esforços para a criação de um grupo de intervenção e acompanhamento de pessoas em situação de sem-abrigo, com o objetivo de garantir uma resposta concertada, célere e adequada a estas situações de grave vulnerabilidade social.

Neste contexto, desde novembro de 2020, a FASL integra o Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo de Albufeira (NPISA), fazendo parte quer do Grupo Operacional quer do Grupo Estratégico. O NPISA visa apoiar pessoas em situação de sem-abrigo, através da monitorização, acompanhamento e intervenção junto desta população.

Paralelamente, a Fundação encontra-se igualmente representada no Núcleo Alargado e no Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social de Albufeira – Rede Social, enquanto entidade parceira, contribuindo ativamente para o desenvolvimento social do concelho. A Rede Social assenta na promoção de medidas de combate à pobreza e à exclusão social, visando o desenvolvimento social integrado.

Por fim, a Fundação integra também o Núcleo Local de Inserção de Albufeira, coordenado pelo Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social do Município de Albufeira, competindo-lhe acompanhar o desenvolvimento das ações previstas nos contratos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção do concelho.

EQUIPAMENTO NOSSA SENHORA DA VISITAÇÃO



O Relatório de Atividades e Animação Sociocultural tem como objetivo descrever e avaliar as atividades desenvolvidas no ano de 2025.

Este relatório constitui-se como um valioso instrumento para conhecer e compreender as diversas atividades que decorrem ao longo de todo o ano, tendo por base o Plano de Atividades definido anualmente.

Ao longo do ano também foram desenvolvidas algumas atividades não estavam inicialmente previstas no plano, mas dada a sua importância para o bem-estar psicossocial dos idosos se realizaram e que serão incluídas no presente relatório.

A animação é uma área de intervenção que contribui para o desenvolvimento do ser humano, através de um plano de atividades sociais, culturais, desportivas e ocupacionais assumindo um papel muito importante na vida do utente institucionalizado.

As atividades são programadas anualmente, tendo sempre por base a melhoria da qualidade de vida, proporcionar um envelhecimento ativo, promover as relações entre os idosos, a família e a instituição, para tal, são identificados os interesses, necessidades e motivações dos utentes.

A avaliação das atividades é contínua, baseando-se em registos de participação em cada atividade com informação sobre os participantes. Nas atividades esporádicas a avaliação é feita por objetivos e posteriormente é verificada a sua concretização.

- Atelier de Culinária
- Cantinho da Estimulação
- Jogos de tabuleiro
- Minutos da Beleza
- Expressão Plástica
- Saídas ao Exterior
- Eucaristia
- Dinâmicas de Grupo

Ao longo do ano de 2025, o conjunto de atividades promovidas teve como foco o exercício físico, a motricidade fina, o raciocínio, a memória, a expressão plástica, bem como a promoção da convivência entre os idosos e com a comunidade envolvente, entre outros objetivos.

A manutenção da atividade física e mental revela-se essencial para a estimulação dos idosos, contribuindo para a preservação das suas capacidades cognitivas e promovendo a sua autonomia, fundamentais para um envelhecimento ativo e com qualidade.

Verifica-se que o Plano de Atividades de 2025 foi, na sua generalidade, cumprido. A maioria das atividades planeadas foi concretizada, tendo sido ainda implementadas algumas iniciativas não previstas inicialmente, mas que se revelaram fundamentais para a dinâmica da ERPI.

----- UNIDADE DE LONGA DURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ALBUFEIRA -----



No âmbito da **Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)**, a FASL, em parceria com a Administração Regional de Saúde do Algarve e o Instituto da Segurança Social, inaugurou, em novembro de 2007, a **Unidade de Longa Duração e Manutenção de Albufeira (ULDMA)**, com capacidade para 20 camas.

A ULDMA destina-se a apoiar pessoas com doenças ou processos crónicos, com diferentes níveis de dependência, que necessitam de cuidados clínicos de manutenção e de apoio psicossocial, em regime de internamento de longa duração.

Tem como principal finalidade prestar cuidados que previnam e retardem o agravamento da situação de dependência, em períodos de internamento superiores a 90 dias consecutivos, promovendo o conforto, a estabilidade clínica e a qualidade de vida dos utentes.

Para além do internamento prolongado, a unidade dispõe ainda de duas vagas destinadas a internamentos temporários, em situações de insuficiência de apoio familiar ou necessidade de descanso do cuidador principal, até ao limite de 90 dias por ano, não consecutivos.

A unidade integra uma Equipa Interdisciplinar composta por Diretor Técnico, Médico, Enfermeiro, Fisioterapeuta, Técnico Superior de Serviço Social, Animador Sociocultural, Psicólogo e Auxiliar de Ação Direta.

Esta equipa desenvolve um trabalho articulado no acompanhamento da evolução do utente, elaborando, em conjunto com o próprio e o seu representante, um Plano Individual

de Intervenção, assegurando uma resposta integrada e adequada às necessidades específicas de cada pessoa, bem como o respetivo encaminhamento.

Ao longo de 2025, foi dada continuidade ao investimento na formação dos colaboradores, com ações internas e externas, destacando-se:

- Higiene das mãos e prevenção de infeções;
- Gestão de resíduos contaminados e isolamento;
- Higienização e segurança do ambiente;
- Gestão de conflitos;
- Técnicas de posicionamento e mobilização;
- Prevenção de úlceras de pressão;
- Suporte Básico de Vida com desfibrilhador automático externo.
- Comunicação com pessoas com demência.
- Inteligência emocional nas relações interpessoais.

Estas ações contribuíram para a melhoria contínua da qualidade dos cuidados prestados.

Atividades Desenvolvidas

Durante o ano, foram dinamizadas diversas atividades de carácter lúdico, terapêutico e social, promovendo o bem-estar dos utentes.

Atividades Regulares

- Comemoração de aniversários dos utentes;
- Dinâmicas de grupo;
- Atividades ocupacionais e de estimulação cognitiva;

Atividades Temáticas ao Longo do Ano

Janeiro

- Dia de Reis (atelier culinário e cantares);
- Dia do Obrigado;
- Dia do Riso;
- Encontros religiosos.

Fevereiro

- Dia dos Afetos.

Março

- Carnaval;
- Dia da Mulher;

- Dia da Felicidade.

Abril

- Páscoa;
- Dia da Atividade Física.

Maio

- Dia da Higiene das Mãos;
- Dia do Enfermeiro;
- Semana do Cuidador;
- Dia da Família;
- Dia da Diversidade Cultural.

Junho

- Dia de Portugal;
- Festa de Verão.

Julho

- Dia da Biblioteca;
- Dia da Amizade.

Setembro

- Dia do Psicólogo;
- Dia do Fisioterapeuta;

Outubro

- Dia da Saúde Mental;
- Dia da Alimentação Saudável.

Novembro

- Magusto;
- Aniversário da ULDMA.

Dezembro

- Festa de Natal.

Parcerias e Envolvimento Comunitário

A ULDMA contou com o apoio de diversos parceiros da comunidade, nomeadamente:

- Bombeiros Voluntários de Albufeira;
- Associações locais;
- Instituições religiosas;
- Biblioteca Municipal;
- Junta de Freguesia;
- Empresas locais e voluntários.

Estas parcerias contribuíram para a diversificação das atividades e maior integração social dos utentes.

Avaliação Global (Análise SWOT)

Pontos Fortes

- Humanização dos cuidados;
- Forte espírito de equipa;
- Qualificação profissional;
- Interdisciplinaridade;
- Dinamismo e envolvimento dos colaboradores;

Pontos Fracos

- Limitações físicas das instalações atuais.

Oportunidades

- Mudança para novas instalações;
- Reforço da coesão da equipa;
- Melhoria das condições de trabalho;

Ameaças

- Dificuldades de adaptação à mudança;
- Possíveis constrangimentos na contratação;
- Limitações do espaço atual até à transição;

Perspetivas Futuras

Prevê-se a transição para novas instalações o que permitirá:

- Aumento da capacidade de resposta;
- Melhoria das condições físicas;
- Reforço dos recursos humanos e materiais;

Será fundamental garantir a adaptação da equipa e a manutenção da qualidade dos cuidados prestados.

O ano de 2025 foi marcado pela continuidade do trabalho desenvolvido pela ULDMA, com foco na qualidade, humanização e inovação dos cuidados. Apesar das limitações estruturais, a equipa demonstrou capacidade de adaptação, mantendo elevados padrões de desempenho e promovendo o bem-estar dos utentes. A perspetiva de mudança para novas instalações constitui uma oportunidade significativa de crescimento e melhoria contínua.

SERVIÇOS DE FORMAÇÃO



A Fundação está certificada em nove áreas de educação e formação, tendo-lhe sido reconhecida a qualidade técnica exigida pelo referencial de qualidade do sistema de certificação de entidades formadoras:

- 010 – Programas de base;
- 090 – Desenvolvimento pessoal;
- 146 – Formação de professores e formadores de áreas tecnológicas;
- 482 – Informática na ótica do utilizador;
- 729 – Saúde – programas não classificados noutra área de formação;
- 761 – Serviços de apoio a crianças e jovens;
- 762 – Trabalho social e orientação;
- 811 – Hotelaria e restauração;
- 862 – Segurança e higiene no trabalho.

A atividade formativa desenvolvida em 2025 resultou na execução de um plano de formação de 17.536 horas de volume de formação (VF), tendo sido a formação não financiada destinada a ativos empregados a que mais contribuiu para a concretização dos objetivos do plano de atividades.

Caracterização da formação desenvolvida

Os Serviços de Formação concebem, planeiam, organizam, executam e avaliam uma diversidade de projetos de formação, financiada e não financiada, em diversas modalidades. No ano de 2025 a procura de formação profissional pelas entidades empregadoras foi motivada pela possibilidade de mobilização do Fundo de Compensação do Trabalho para a formação certificada dos trabalhadores e pelo financiamento atribuído pelo IEFP,IP através da Medida Cheque Formação. Realizaram-se ações no âmbito da

Campanha 5 Cursos para 40 Horas de Formação em regime presencial, dirigida aos trabalhadores de entidades do sector social.

Para além da formação dirigida ao público externo, realizaram-se ações de formação interna dirigida aos colaboradores da FASL.

Para a concretização da atividade de formação, a Fundação dispõe de uma equipa multidisciplinar, com capacidades demonstradas na gestão de diversos projetos de formação financiados e não financiados, bem como um conjunto de recursos físicos e materiais que viabilizam a realização de atividades práticas potenciadoras de aprendizagens mais qualificantes.

Formação Contínua de Ativos

Durante o ano de 2025, os Serviços de Formação organizaram e desenvolveram as seguintes ações dirigidas aos ativos empregados e entidades empregadoras do setor social, no âmbito da Formação Contínua de Ativos:

Medida Cheque- Formação

A medida Cheque-Formação, criada pela Portaria n.º 229/2015, de 3 de agosto, tem como objetivo principal o incentivo à formação profissional, potenciando a manutenção de emprego e o reforço da qualificação e da empregabilidade. Sendo beneficiários diretos os ativos empregados e indiretos as entidades empregadoras, os Serviços de Formação têm investido na divulgação da medida e da prestação de serviços na elaboração das candidaturas e no desenvolvimento das ações aprovadas pelo IEFP. No ano 2025 desenvolveram-se 16 processos, salientando-se a taxa de aprovação de 100% dos processos submetidos. Realizaram-se 6515 horas de volume de formação.

ENTIDADE	Nº PROCESSO
Abraço das Estrelas	00134/CF/24
Creche de Budens	00008/CF/25
Centro Social Nossa Sr ^a de Faro	00011/CF/25
Associação Social e Cultural da Tôr	00014/CF/25; 00015/CF/25; 00016/CF/25; 00029/CF/25
Colégio da Penina	00028/CF/25

Santa Casa da Misericórdia de Aljezur	00020/CF/25; 00030/CF/25; 00033/CF/25; 00036/CF/25
Associação Cegonha Branca	00073/CF/25
Provectus	00077/CF/25
Santa Casa da Misericórdia de Olhão	00057/CF/25; 00058/CF/25

Formação não financiada

O Decreto-Lei nº 115/2023, de 15 de dezembro, reformula os objetivos do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), podendo as entidades empregadoras mobilizar os montantes do FCT para as finalidades previstas no n.º 1 do artigo 3.º, nomeadamente financiar a qualificação e a formação certificada dos trabalhadores. Verificou-se um aumento da procura de formação profissional pelas entidades empregadoras. Ao longo do ano 2025 realizaram-se 36 ações e 8416 horas de volume de formação.

ENTIDADE	Nº DE AÇÕES
Associação Social e Cultural Almancil	5
Centro Social Freguesia de Arranhó	1
Provectus – Associação em prol da Terceira Idade	1
Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel	4
Centro Paroquial de Quarteira	4
Associação Âncora	4
Associação Casapiana	1
Associação Bem-Estar Amigos Querença	1
ARPI- Associação dos Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Faro	1
Vitália Residência Sénior	1
Algarve Caring Hands	4
Centro de Apoio a Idosos de Portimão	5
Centro Paroquial de Paderne	4

Campanha 5 Cursos para 40 Horas de Formação

Os Serviços de Formação mantiveram a campanha de promoção de formação contínua, cujo objetivo é dar a oportunidade às entidades empregadoras de cumprir as horas de

formação anuais definidas na legislação em vigor, através da realização de percursos de formação de curta duração, que visam potenciar as qualificações dos recursos humanos em diversas áreas, indo ao encontro das necessidades específicas das diferentes categorias profissionais. Ao longo do ano 2025 realizaram-se 12 ações e 1596 horas de volume de formação.

ENTIDADE	Nº DE AÇÕES
Casa de Repouso O Faraó	5
Creche e JI Bela Infância	3
Residencial Sénior O Nosso Cantinho	2
Creche de Budens (SCM de Vila do Bispo)	2
Associação Social e Cultural da Tôr	1

Webinaries Online

Ao longo do ano 2025 realizaram-se 14 webinars online sobre temas diversificados, dirigidos às equipas técnicas de entidades públicas e privadas do sector social, de âmbito nacional. O objetivo é a promoção da partilha de conhecimentos e experiências entre todos os intervenientes (formandos e formadores) tendo em vista a difusão de boas práticas profissionais e a melhoria da qualidade dos cuidados aos utentes.

Totalizaram-se 304 formandos e 1009 horas de volume de formação.

01/2025	A Inteligência Emocional ao serviço do sucesso das equipas
02/2025	Técnicas de motivação de equipas - como criar a vontade de pertença
03/2025	Atividades de Estimulação e Manutenção Cognitiva dos Idosos
04/2025	O futuro é agora: como a IA está a revolucionar as IPSS
05/2025	Saúde e bem-estar no trabalho - estratégias de prevenção do burnout
06/2025	Aplicação do modelo DISC na promoção das relações interpessoais e gestão de conflitos
07/2025	Promoção da inteligência emocional nas crianças
08/2025	Primeiros Socorros em Acidentes de Motociclos
09/2025	A gestão do luto em ERPI
10/2025	Mindfulness para crianças (ação 1)
11/2025	Gestão Eficaz de Respostas Sociais

12/2025	Gestão de Conflitos nas Organizações
13/2025	Mindfulness para Crianças (ação 2)
14/2025	Saúde mental no envelhecimento: prevenção e intervenção

Formação interna FASL

A FASL também investiu o saldo do FCT na formação dos seus trabalhadores, tendo realizado 15 ações de formação, dirigidas aos colaboradores dos diversos equipamentos sociais. O plano de formação resultou da auscultação das necessidades pelos diretores técnicos às respetivas equipas e as ações realizaram-se presencialmente em cada equipamento.

Considerações sobre a atividade desenvolvida

Os Serviços de Formação investem na consolidação da prestação de serviços ao longo do ano, através da oferta de propostas de formação contínua à medida das necessidades e interesses dos clientes, privilegiando-se a formação laboral obrigatória, que contribui para potenciar as competências e qualificações do potencial humano das empresas e instituições. Para este objetivo, contribuiu a divulgação constante, junto das entidades e da rede de parcerias.

No que se refere à formação financiada, a FASL mantém forte intervenção na qualificação dos ativos empregados, sendo a entidade formadora convidada pelas diversas entidades para o desenvolvimento de projetos de formação dos seus colaboradores, destacando-se a Medida Cheque Formação. A qualidade formativa da Fundação é amplamente reconhecida pelo IEFP, IP, sendo-lhe aprovados na íntegra os projetos apresentados no âmbito das medidas ativas de formação profissional, de melhoria das qualificações profissionais, combate ao desemprego e ao emprego precário. A atividade desenvolvida pela Fundação ao longo dos anos, na qualidade de EFE – Entidade Formadora Externa nas diversas medidas e programas de formação, tem merecido o reconhecimento pelo IEFP, IP, não só no Algarve, mas também a nível nacional.

Na análise global dos resultados da atividade em 2025, pode concluir-se que os Serviços de Formação conseguiram concretizar os objetivos definidos no plano de atividades. Verificou-se um índice de satisfação muito positivo de todos os intervenientes, formandos, formadores e entidades envolvidas, que reforçam a qualidade técnica dos Serviços de Formação e da Fundação António Silva Leal enquanto entidade formadora certificada.

REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO**LAR "QUINTA DO OITÃO"**

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas QUINTA DO OITÃO foi cedida à Fundação, através de Acordo de Gestão celebrado em 1 de Julho de 1998 e funciona com Acordo de Cooperação com o Instituto de Solidariedade Social IP – Centro Distrital de Lisboa.

Esta ERPI é uma residência coletiva que tem como objetivo responder globalmente às necessidades do idoso que não tem possibilidade de se manter no seu meio familiar ou social em situação definitiva.

Tem capacidade e acordo para 30 pessoas, sendo 10% da sua capacidade com exclusividade de uso por parte dos serviços da Segurança Social. A ERPI destina-se a acolher pessoas idosas de ambos os sexos, temporária ou permanentemente, com idade igual ou superior a 65 anos, ou inferior desde que em situação de exceção devidamente justificada, manifestando vontade por si, ou em caso de incapacidade pelo seu responsável, de vir a residir na ERPI.

A ERPI tem como orientação clara, para o cumprimento da missão, envolvendo toda a estrutura, onde impere a qualidade, responsabilidade e respeito, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos utentes, através da humanização dos serviços e da dignidade das relações, cultivando o respeito pelo próximo, promovendo a manutenção da

funcionalidade e da autonomia, elaborando assim um plano de desenvolvimento individual e plano individual de cuidados, procurando assim a excelência.

Para uma melhor qualidade de vida dos utentes, tem várias atividades programadas ao longo do ano, as quais são acompanhadas e desenvolvidas por uma Animadora Sociocultural, promovendo e estimulando capacidades físicas, mentais e cognitivas, concentração e memória, e respeitando sempre os tempos e as vontades dos utentes.

As atividades desenvolvidas podem ser individuais ou em grupo, no interior ou exterior da Instituição, contando ainda com parcerias com Instituições locais.

Importa salientar as atividades exteriores, com um elevado número de participantes: espetáculos de teatro, concertos de música, exposições, são alguns exemplos das atividades promovidas pela ação Social da Câmara Municipal de Sintra e os almoços convívio, com outras Instituições de Solidariedade Social.

No interior da Instituição, regista-se uma maior adesão por parte da população feminina, pois o Atelier de costura e pintura tem preenchido os dias de algumas utentes. Estes trabalhos são expostos, para que os visitantes possam vê-los.

De igual importância tem, os jogos de memória, de forma a permitir um maior estímulo cognitiva e retardar a degradação cognitiva no utente.

Releva-se que a satisfação/motivação demonstrada pelos utentes tem sido muito significativa, falando-se da missa mensal, celebrada dentro da Instituição pelo Sr. Padre da Paróquia de São Pedro, que tanto conforto espiritual tem trazido aos utentes.

Aquisições/Melhoramentos do Equipamento

- Foram efetuados investimentos em alguns equipamentos com o objetivo de garantir o conforto, segurança e a qualidade dos serviços aos utentes, tais como;
- Aquisição de toalhas para o refeitório;
- Pequenas pinturas no Equipamento;
- Aquisição de 2 mesas de cabeceira
- Aquisição de 2 colchões anti-escaras
- Aquisição de cama adaptada eletrónica;
- Aquisição de máquina de lavar industrial;
- Aquisição de máquina de seca industrial;
- Aquisição de pratos; copos; talheres para a cozinha.

- Aquisição de babetes, roupas de cama e atalhados;
- Aquisição de 3 bacias em inox;
- Aquisição de vasos e flores, para o exterior.
- Arranjo das tubagens do wc do 3 andar;
- Arranjos de eletricidade;
- Colocação de novo exaustor na cozinha;

----- CRECHE ALGODÃO DOCE -----



A gestão da Creche ALGODÃO DOCE foi cedida à Fundação António Silva Leal pela Câmara Municipal de Lisboa, em 2013, através do Programa de Desenvolvimento de Creches em Lisboa – B.a.Bá, cujo principal objetivo é o de dotar a cidade de Lisboa com uma rede de creches. Este espaço destina-se a receber crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 36 meses, com a capacidade total de 88 crianças.

A resposta social da Creche Algodão Doce é composta por:

- 2 Salas de Berçário – com capacidade de 10 crianças cada;
- 2 Salas dos 12-24 meses – com capacidade de 14 crianças cada;
- 2 Salas dos 24-36 meses – com capacidade de 20 crianças cada.

A Creche Algodão Doce iniciou a sua atividade em Outubro de 2013 e a sua equipa pedagógica defende os seguintes objetivos: “proporcionar o atendimento individualizado de cada criança num clima de segurança afetiva e física, que contribua para o seu desenvolvimento global; colaborar estreitamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo de cada criança; estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais, inculcando comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas; proporcionar à criança um ambiente de estabilidade e segurança afetiva, que seja própria ao desenvolvimento global e harmonioso de todas as suas capacidades; contribuir para

uma boa integração no meio físico e social envolvente, permitindo à criança oportunidade de observar e compreender o que se passa à sua volta de forma a participar de maneira mais adequada; desenvolver as capacidades de experimentação, comunicação e criatividade e incentivar a participação das famílias no processo educativo.” (in Guião Técnico n.º 4, editado pela ex-DGAS, aprovado em 29.11.1996).

O projeto Educativo intitula-se “De mãos dadas com a família” pretende ser um documento orientador e regulador da atividade pedagógica, assim como ser um fio condutor que está na base no Plano Anual de Atividades e dos Projetos Pedagógicos de Sala, havendo assim uma coerência entre todos os documentos. Estará em vigência nos anos letivos de 2025/2026 e 2026/2027 e tem uma dimensão temporal, é um processo contínuo, evolutivo e em permanente atualização, sempre que necessário.

O Plano Anual de atividades é um documento orientador da atividade pedagógica ao longo do ano letivo, onde estão definidas algumas atividades a realizar tendo em consideração algumas efemérides e festividades significativas para as crianças. Algumas das atividades realizadas:

- Janeiro – inverno; dia de reis
- Fevereiro – dia do amor/amizade; carnaval
- Março – dia do pai; dia da árvore; Primavera
- Abril – páscoa
- Maio – dia da mãe, dia da família, passeio ao jardim zoológico e à quinta pedagógica

dos Olivais

- Junho – dia da criança, santos populares; verão; festa de final de ano
- Julho – atividades de verão
- Setembro – adaptação
- Outubro – outono; dia do animal; dia da alimentação; halloween
- Novembro – S. Martinho; dia do pijama
- Dezembro – Natal; Festa de Natal

O Plano Anual de atividades está intimamente ligado ao projeto Educativo e aos projetos Pedagógicos de Sala, que funcionam como um instrumento de gestão pedagógica, onde cada educadora define as prioridades para o desenvolvimento do grupo, de acordo com as suas necessidades e interesses. É, como não poderia deixar de ser, um documento flexível, passível de ser acrescentado ou modificado sempre que a equipa pedagógica assim o entender.

Os projetos pedagógicos são complementados pelas planificações semanais e respetiva avaliação, sem nunca esquecer a rotina e os tempos das atividades livres, assim como as necessidades individuais de cada criança, criando um ambiente afetuoso e seguro onde as crianças se sintam amadas, promovendo sempre o desenvolvimento da autoconfiança, autoestima e autonomia.

Destaca-se ainda o reforço e o compromisso atingido com as atividades extracurriculares, nomeadamente, expressão musical e corporal, em parceria com as Little Things e ioga em parceria com a Inspira Amor.

Região do Baixo Alentejo

----- CRECHE “O SEARINHA” -----

Este equipamento situa-se em Beringel, concelho e distrito de Beja, cidade da qual dista cerca de 12 km. Este edifício foi construído de raiz, tendo sido criado exclusivamente para o funcionamento da valência de Creche (com Berçário). Tem como sede o Jardim de Infância Seara Nova situado na rua adjacente, cujo edifício era de habitação unifamiliar que foi remodelado, adaptado e ampliado, com o objetivo de funcionar com as valências de Creche e Pré-escolar. Atualmente este edifício está fechado (desde 2020), funcionando somente o escritório e a cozinha (a vertente de Creche foi transferida para o novo edifício e o Pré-escolar foi encerrado).

Nesta sequência, a Creche “O Searinha”, tem três pisos que se encontram distribuídos da seguinte forma:

-Cave:

- Garagem (adaptado para Sala do Pessoal e de Reuniões)
- Casas de Banho dos Funcionários
- Arrecadações
- Lavandaria
- Acesso ao elevador
- Acesso às escadas

-Rés do chão:

- Hall de entrada com casa de banho para deficientes;
- Sala de creche de 1 ano;

- Sala de creche de 2 anos;
- Instalações sanitárias comum às duas salas;
- Espaço exterior comum às duas salas;
- Acesso às escadas;
- Acesso ao elevador;
- Dispensas (armazenamento de materiais; armazenamento de catres);
- Copa (de leite, limpa e suja);
- Refeitório comum às duas salas

-Primeiro andar:

- Sala de berçário com 4 divisões específicas (copa de leite, copa limpa e suja; casa de banho, fraldário; dormitório; sala de atividades);
- Casa de banho das funcionárias;
- Secretaria;
- Acesso às escadas;
- Acesso ao elevador;
- Espaço exterior de berçário.

Resposta Social

Assim sendo, a instituição é composta pela resposta de Creche com sala de Berçário, Sala de 1 ano e outra de 2 anos, com capacidade para 33 crianças, distribuídas da seguinte forma:

-duas salas de creche e uma de berçário – 36 crianças, distribuídas por 3 salas:

- Berçário – 10 crianças – 2 auxiliares de ação educativa;
- Sala de 1 ano – 11 crianças – 1 educadora e 1 auxiliar de ação educativa;
- Sala de 2 anos – 15 crianças – 1 educadora, 1 auxiliar + 1 auxiliar rotativa.

PROJETOS

A presente instituição dispõe sempre de um Projeto Educativo que pretende definir tanto as preocupações da instituição e dos educadores, bem como os objetivos, face à educação das crianças. Assim, o projeto operacionalizar-se-á através do Projeto Pedagógico, elaborado para cada sala pelas respetivas educadoras, no início de cada ano letivo, tendo em conta a caracterização das crianças, que compõe cada sala, e o Regulamento Interno da Instituição. Os projetos elaborados tendem a ser dinâmicos, flexíveis, interativos e

evolutivos. Estes são sempre adequados à realidade e necessidades detetadas em contexto educativo e social e familiar.

TEMÁTICA TRABALHADA EM CONTEXTO EDUCATIVO

“De mãos dadas com... a família”

1. Diagnóstico da Situação e Justificação

A família constitui o primeiro espaço de desenvolvimento da criança, sendo responsável pela transmissão de valores, princípios e referências essenciais ao seu crescimento pessoal e social. Contudo, a escola assume igualmente um papel fundamental neste processo, tornando-se indispensável uma relação de proximidade e cooperação entre ambas. A participação ativa dos pais na vida escolar contribui significativamente para o bem-estar, autoestima, autonomia, capacidade de comunicação e sucesso educativo das crianças.

A educação infantil deve promover um ambiente equilibrado, baseado no afeto, na segurança, nas regras e no respeito pelas emoções e individualidade de cada criança. Neste sentido, as instituições educativas desempenham um papel essencial ao estimular a curiosidade, a criatividade, a descoberta e a aprendizagem ativa, valorizando o brincar como parte integrante do desenvolvimento.

O projeto educativo apresentado procura assegurar a coerência da ação pedagógica, apostando em metodologias participativas e no trabalho de projeto, permitindo às crianças desenvolver competências fundamentais como a observação, o questionamento, a experimentação, a comunicação e o pensamento crítico. Pretende-se, assim, formar crianças mais autónomas, responsáveis, participativas e preparadas para uma integração harmoniosa na sociedade.

2. Finalidades

- Dotar as crianças de uma formação geral que lhes garanta o desenvolvimento da capacidade de raciocínio, memória, espírito-crítico, criatividade;
- Proporcionar experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio afetiva, inculcando nas crianças atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos familiares, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;
- Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;

- Fomentar o gosto por uma constante atualização de conhecimentos;
- Participar no processo de informação e orientações educacionais em colaboração com as famílias e restante comunidade educativa;
- Fomentar a aquisição de noções de educação cívica e moral, promovendo o sucesso escolar e educativo a todas as crianças.

3. Identificação dos grandes Objetivos/Prioridades

O Projeto Educativo será desenvolvido por forma a explorar o tema integrador na maioria das atividades a decorrer em cada ano letivo:

- Promover o desenvolvimento de competências sociomoris das crianças;
- Perceber conceitos como cidadão, comunidade, sociedade, família, escola;
- Compreender as realidades desconhecidas, a partir do conhecimento do meio próximo;
- Conhecer e explorar o mundo que o rodeia através de uma atuação pedagógica que privilegie e potencie momentos de descoberta;
- Desenvolver a capacidade de observação e análise crítica;
- Adquirir ferramentas fundamentais no âmbito do método científico: observar, descrever, questionar, formular hipóteses, experimentar e concluir;
- Desenvolver métodos de registo e análise de dados adequados às diferentes faixas etárias.

4. Plano de ação:

- METODOLOGIAS

- O Projeto Educativo estará na base dos Projetos Pedagógicos/Curriculares desenvolvidos em cada sala (Creche e Berçário);
- O Projeto será planificado por educadoras, crianças e pais, definindo tarefas;
- Observação direta, investigação e contacto com entidades/organismos capazes de fornecer as informações pretendidas;
- Desdobramento em subprojectos a tratar em cada sala, o que permitirá ir ao encontro das preferências manifestadas pelas crianças, suscitando, assim, o empenhamento na ação...

-ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS

- Desenvolvimento de atividades e projetos cuja realização pressupõe as fases e/ou etapas do método científico – metodologia do trabalho de projeto;
- Contato próximo com as famílias dos educandos no intuito de dar a conhecer a estrutura familiar, sua função e necessidade na vida escolar;
- Contato com a comunidade envolvente numa perspetiva de generalizar ao mundo em que vivemos, percecionando assim o seu funcionamento;
- Pesquisa e análise de documentos vários;
- Concretização dos saberes através de atividades e projetos globalizantes e articuladas com as diversas áreas de conteúdo: Formação Pessoal e Social, Expressão e Comunicação e Conhecimento do Mundo;
- Utilização de recursos mediatizados como TV, vídeo, fotografia, materiais de laboratório, materiais do quotidiano...

-ATIVIDADES

- Leitura de livros, jornais, revistas e outra documentação e sua manipulação;
- Visualização de filmes e diapositivos;
- Realização de trabalhos de casa coletivos de investigação e recolha de informação;
- Pesquisas variadas sobre o tema (em livros, na Internet, entrevistas aos avós, pais, idosos...);
- Atividades variadas partilhadas com idosos da comunidade (motricidade, olaria, costura (bonecos de trapo, pompons...),
- Realização de Visitas de Estudo para observação direta e contacto com as diversas realidades;
- Atividades lúdicas que fomentem a descoberta do meio e do mundo;
- Elaboração de cartazes, panfletos e brochuras de carácter informativo e de sensibilização da comunidade educativa;
- Exposições;
- Atividades plásticas, musicais e motoras;
- Comemoração de Efemérides como o Dia de S. Martinho, Dia das Bruxas, Dia do Pijama, Natal, Carnaval, Páscoa, Dia do Pai, Dia da Mãe, Dia da Criança, Dia da árvore, Dia do Bombeiro, Dia do Avós, Dia do Idoso, Dia do Mar...

-ATIVIDADES EXTRACURRICULARES

- Música
- Yoga

-INTERVENIENTES

- Crianças;
- Educadoras de Infância;
- Pessoal da Instituição;
- Pais e Encarregados de Educação;
- Comunidade de Beringel;
- Outras entidades e organismos;
- Restante comunidade educativa.

OUTROS INDICADORES DE GESTÃO

----- GESTÃO DE UTENTES -----

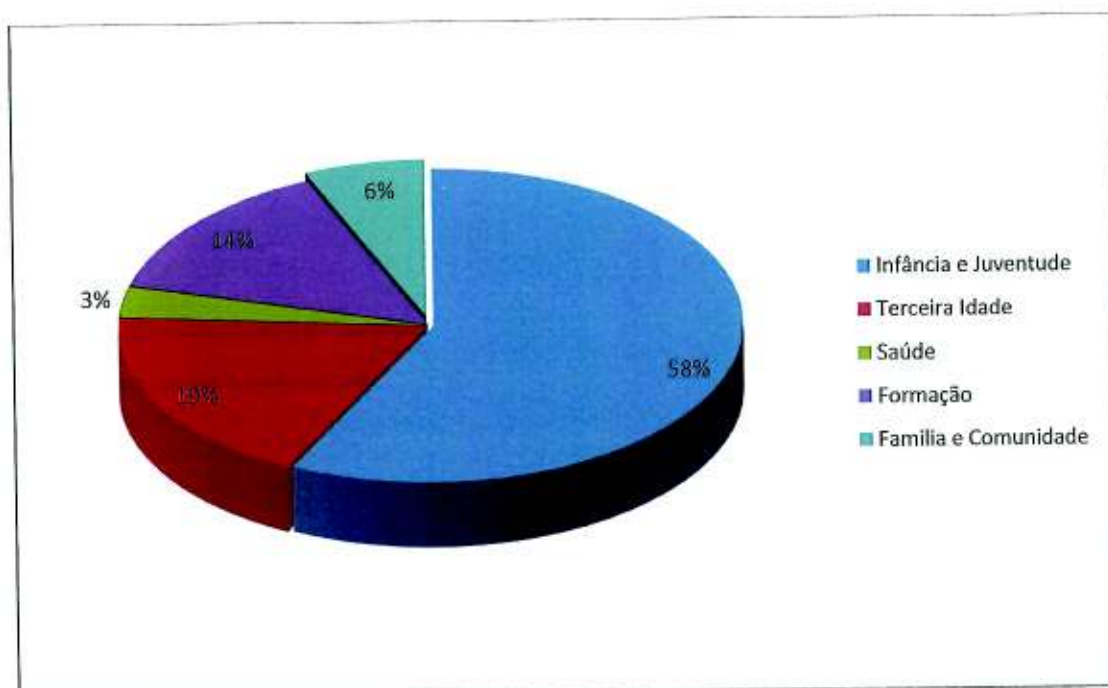
No ano de 2025, exceto a Creche “O Searinha”, todas as restantes respostas sociais funcionaram com normalidade, tendo a Fundação assegurado o cumprimento integral dos acordos de cooperação estabelecidos com o Instituto da Segurança Social, I.P. O não cumprimento do número de utentes ficou a dever-se à falta de inscrições no início do ano letivo 2025/2026.

Em março de 2025, o Acordo de Cooperação do Centro de Dia N. Sra. da Visitação foi revisto, passando a abranger 12 utentes.

Número de Utentes nas Respostas Sociais

<i>RESPOSTAS SOCIAIS</i>	<i>C/ ACORDO</i>	<i>S/ ACORDO</i>	<i>TOTAL</i>
INFÂNCIA E JUVENTUDE			
Creche ““O BÚZIO””	25	1	26
Pré-Escolar ““O BÚZIO””	105	0	105
Creche ““Os Amendoinhas””	86	26	112
Creche “Algodão Doce”	50	36	86
Creche “O Searinha”	25	10	35
TERCEIRA IDADE			
ERPI “N. Sra. Visitação”	36	8	44
Centro de Dia “N. Sra. Visitação”	12	0	12
Serviço de Apoio Domiciliário “N. Sra. Visitação”	30	2	32
ERPI “Quinta do Oitão”	30	0	30
SAÚDE			
Unidade de Longa Duração e Manutenção de Albufeira	20	0	20
FORMAÇÃO			
Serviços de Formação		1098	
FAMÍLIA E COMUNIDADE			
Refeitório Social ““O BÚZIO””	40	0	40

Distribuição dos utentes por tipologias de resposta



1-CONTEXTO ECONÓMICO 2025

Em 2025, a economia portuguesa apresentou um crescimento moderado, num contexto de ajustamento progressivo após o período de forte pressão inflacionista dos anos anteriores. A taxa de inflação continuou a sua trajetória descendente, situando-se em torno dos 2,5% em média anual, aproximando-se dos níveis de referência do Banco Central Europeu. Esta evolução reflete, em grande medida, a estabilização dos preços da energia e das cadeias de abastecimento, embora persistam alguns constrangimentos em determinados sectores.

O crescimento do Produto Interno Bruto situou-se em cerca de 1,7%, evidenciando uma ligeira recuperação face a 2024, ainda que condicionado por um enquadramento internacional incerto, pela moderação do consumo privado e pela manutenção de condições financeiras restritivas durante parte do ano. As taxas de juro, apesar de sinais de descida gradual, continuaram a influenciar negativamente o investimento e o acesso ao crédito por parte das empresas e das famílias.

O mercado de trabalho manteve-se globalmente resiliente, com a taxa de desemprego a estabilizar em torno dos 6,5%, ainda que com sinais de fragilidade em atividades mais dependentes da procura interna e em sectores com menor valor acrescentado.

No sector social, os desafios permanecem significativos. A pressão sobre os custos operacionais continua elevada, especialmente ao nível dos encargos com pessoal e da aquisição de bens e serviços essenciais. A atualização da Retribuição Mínima Mensal Garantida, fixada nos 870€, bem como as revisões salariais decorrentes da contratação coletiva, contribuíram para o aumento dos encargos das instituições, sem que tenha ocorrido um reforço proporcional das participações públicas.

Neste contexto, a sustentabilidade das entidades do Terceiro Sector exige uma gestão ainda mais rigorosa e estratégica. Torna-se essencial a diversificação das fontes de financiamento, o reforço da eficiência operacional e a adoção de práticas inovadoras de captação de recursos. Paralelamente, a valorização e capacitação dos recursos humanos continuam a ser fatores determinantes para assegurar a qualidade e a continuidade dos serviços prestados.

Os próximos anos antevêm-se exigentes, impondo às instituições sociais a necessidade de conciliar disciplina financeira com inovação e capacidade de resposta. A flexibilidade, a

resiliência e a capacidade de adaptação serão elementos-chave para garantir a sustentabilidade e o impacto social destas organizações num ambiente económico e social em constante evolução.

2-ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;

Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;

NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;

Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

O presente relatório é feito tendo por base os normativos anteriormente referidos.

2.1-DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Neste ano, registou-se uma manifesta melhoria do resultado líquido do exercício, ainda que o mesmo se mantenha negativo. Com exceção dos “Gastos com Pessoal”, todos os restantes gastos registaram reduções ao passo que as “Vendas e serviços prestados aumentaram 8,7%.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Descrição	2025	2024	Variação	%
Vendas e serviços prestados	4 956 604,86 €	4 558 716,69 €	397 888,17 €	8,73%
Subsídios, doações e legados à exploração	216 513,04 €	306 125,63 €	- 89 612,59 €	-29,27%
Variação nos inventários da produção	- €	- €	- €	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	- €	- €	- €	0,00%
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 68 267,97 €	- 99 126,76 €	- 30 858,79 €	-31,13%
Fornecimentos e serviços externos	- 1 323 626,27 €	- 1 371 803,13 €	- 48 176,86 €	-3,51%
Gastos com o pessoal	- 3 832 247,88 €	- 3 662 998,91 €	- 169 248,97 €	-4,62%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	- €	- €	- €	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 1 827,43 €	- 118 036,23 €	- 116 208,80 €	-98,45%
Provisões (aumentos/reduções)	- €	- €	- €	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)	- €	- €	- €	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)	- €	- €	- €	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor	- €	- €	- €	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	171 485,46 €	169 503,91 €	1 981,55 €	1,17%
Outros gastos e perdas	- 11 674,39 €	- 6 189,35 €	- 5 485,04 €	-88,62%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos (EBITDA)	106 959,42 €	223 808,15 €	330 767,57 €	-147,79%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 114 110,37 €	- 136 683,00 €	- 22 572,63 €	-16,51%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	- 7 150,95 €	- 360 491,15 €	353 340,20 €	-98,02%
Juros e rendimentos similares obtidos	- €	- €	- €	n.a.
Juros e gastos similares suportados	- 47 834,11 €	- 77 105,26 €	- 29 271,15 €	-37,96%
Resultados antes de impostos	- 54 985,06 €	- 437 596,41 €	382 611,35 €	-87,43%
Imposto sobre o rendimento do período	- €	- €	- €	0,00%
Resultado líquido do período	- 54 985,06 €	- 437 596,41 €	382 611,35 €	-87,43%

Releva-se o EBITDA de 106.959,42EUR o que demonstra a recuperação da rentabilidade operacional da actividade, fruto dos investimentos e estratégias que estão a ser levadas a cabo.

No que respeita à estrutura dos gastos, a situação é a seguinte:

EVOLUÇÃO DOS GASTOS

Gastos	2025	2024	Variação
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	1,26%	1,81%	-0,55%
Fornecimentos e Serviços Externos	24,51%	25,07%	-0,56%
Gastos com Pessoal	70,97%	66,94%	4,03%
Depreciações e Amortizações	2,11%	2,50%	-0,38%
Perdas por Imparidade	0,03%	2,16%	-2,12%
Outros Gastos e Perdas	0,22%	0,11%	0,10%
Juros e Gastos Similares Suportados	0,89%	1,41%	-0,52%

Como se pode verificar no quadro anterior, os “Fornecimentos e Serviços Externos” e os “Gastos com Pessoal” continuam a representar 95,49% do total dos gastos, devendo ser nestas rubricas que a Fundação deverá incidir a sua rigorosa gestão.

Não houve alterações relevantes na estrutura de gastos, salientando apenas que os “Gastos com Pessoal” correspondem a 71,70% do total de rendimentos, abaixo do limite definido na Lei-Quadro das Fundações.

2.2 – BALANÇO E ANÁLISE DE RÁCIOS

2.2.1-BALANÇO

Analisar-se-á o Balanço no período findo em 31 de Dezembro de 2025, sendo efetuadas considerações apenas às rubricas do Balanço que apresentarem alterações mais significativas e que se mostrem relevante para o melhor entendimento do período em análise.

2.2.1.1-Activo

O Ativo fixou-se em 3.547.379,63EUR tendo em 2024 correspondido a 3.703.783,54EUR, o que representa uma redução de 9,6%.

2.2.1.1.1- Ativo Não Corrente

2.2.1.1.1.1- Ativos Fixos Tangíveis

O Ativo Fixo Tangível registou uma diminuição de 2025 para 2024 de 124.177,66EUR, incluindo nesta as depreciações do exercício correspondentes a 114.110,37EUR.

2.2.1.1.1.2- Investimentos Financeiros

Nesta rubrica registou-se uma diminuição de 23.476,04EUR, o qual resulta na sua maioria do resgate do Fundo de Compensação do Trabalho para compensação de gastos em formação dos colaboradores. Nesta rubrica inclui-se ainda a aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP)¹ referente à sociedade participada FUTURALFABETO LDA detida a 100% pela Fundação e que registou um resultado líquido de 930,68EUR.

¹ De acordo com a Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) 13, §§ 57 a 63

2.2.1.1.2-Activo corrente

Destaca-se aqui uma redução correspondente a 251.838,31EUR, sobretudo devido à rubrica Créditos a Receber, que registou uma diminuição de 176.862,43EUR.

2.2.1.2-Fundos Patrimoniais

A redução registada nos fundos patrimoniais de 110.160,59EUR está relacionada essencialmente com o resultado negativo e o reconhecimento de subsídios ao investimento na proporção do valor financiado e depreciable dos respectivos activos.

2.2.1.3-Passivo

O Passivo regista em 2025 uma diminuição na ordem dos 1,81%, correspondente a 46.243,32EUR, essencialmente devido à redução na rubrica Financiamentos obtidos (não corrente). De referir que o valor inscrito na rubrica Estado e outros entes públicos foi liquidado em Janeiro de 2026.

2.2.2-ANÁLISE DE RÁCIOS

Um dos mecanismos mais utilizados para análise da estrutura e comportamento financeiro de qualquer organização, pública ou privada, com fins ou não lucrativos, consiste na construção e interpretação de alguns rácios a partir dos dados do Balanço e da Demonstração de Resultados por Natureza.

Desta forma, os rácios de rendibilidade, ao refletirem a capacidade que a Instituição tem em gerar resultados, são por vezes considerados como indicadores não essenciais para uma organização deste tipo, em que o objetivo primordial é a prestação de serviços de natureza social, sem quaisquer intuits lucrativos. Como é óbvio, não sendo esse o principal objetivo, também não pode ser descurada a obtenção de resultados positivos, sem os quais será colocada em risco a sustentabilidade, apoiada em investimentos fundamentais para a inovação e melhoria contínua da qualidade de serviço prestado aos utentes/clientes.

Assim, analisar-se-ão dois tipos de rácios:

- Rácios de Rendibilidade
- Rácios de Endividamento

2.2.2.1 Rendibilidade

O Valor Acrescentado Bruto (Vendas + Prestações de Serviços – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas – Fornecimentos e Serviços Externos – Impostos Indiretos) regista um aumento de 5,64%, pese embora a redução do *Cash Flow* em 243.965,96EUR.

Valor Acrescentado Bruto				
DESCRIÇÃO	Anos		Variação	
	2025	2024	Valor	%
Cash Flow	106 959,42€ -	223 808,15€	330 767,57 €	-147,79%
VAB	3 779 695,45€	3 392 559,93€	387 135,52 €	11,41%
N.º Trabalhadores	174	172	2	1,16%
VAB / TRABALHADOR	21 722,39€	19 724,19€	1 998,20 €	10,13%

Ao se calcular o rácio do VAB/N.º trabalhadores, verifica-se um aumento de 10,13%.

2.2.2.2-Endividamento

A análise do endividamento mostra-se igualmente importante, dado reflectir a relação entre o Passivo e o Activo.

DESCRIÇÃO	Anos		Variação
	2025	2024	
Passivo / Activo	70,59%	68,86%	1,73%
Estrutura de Endividamento	81,74%	72,21%	9,52%

O rácio da estrutura de endividamento revela-nos o peso do Passivo Corrente, constatando-se que em 2025 cerca de 81,74% das dívidas eram correntes e os restantes 18,26% não correntes.

Considera-se estarmos perante uma estrutura de endividamento equilibrada, pese embora se deva manter a promoção da racionalização e otimização da atividade operacional,

prevenindo desta forma a existência ou surgimento de novos contingentes que possam originar desequilíbrios a longo prazo.

3-AFECTAÇÃO DE RESULTADOS

Relativamente ao Resultado Líquido obtido no exercício de 2025 no valor de -54.985,06EUR (quatrocentos e trinta e sete euros, quinhentos e noventa e seis euros e quarenta e um cêntimos), propõe-se que o mesmo seja transferido para resultados transitados no ano seguinte.

O Conselho Executivo



Lisboa, 21 de Abril de 2026



António Silva Leal

FUNDAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período findo em 31 de dezembro de 2025

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES AOS FUNDOS PATRIMONIAIS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ACTA DE DELIBERAÇÃO DO CONSELHO EXECUTIVO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

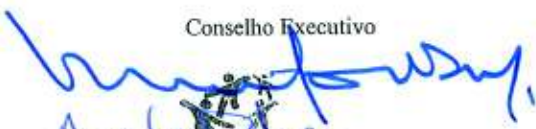
ACTA DE DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FUNDAÇÃO ANTÔNIO SILVA LEAL
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte : 502904879
 Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2025	31 DEZ 2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.2.1;4;8	1 871 079,34	1 970 291,86
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Activos intangíveis	3.2.4;5;8	61 551,19	63 040,29
Investimentos financeiros	3.2.5; 16.1;	219 438,21	242 914,25
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.7;16.2;	0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		2 152 068,74	2 276 246,40
Activo corrente			
Inventários	3.2.6;7;	0,00	0,00
Créditos a receber	3.2.7;3.2.11;3.3;	1 231 497,50	1 408 359,93
Estado e outros entes públicos	16.9;	18 412,73	18 483,97
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16.2;	0,00	0,00
Diferimentos	3.2.7;16.4;	33 702,80	31 570,99
Outros activos correntes	16.5;	66 015,66	12 453,65
Caixa e depósitos bancários	3.2.7;16.6;	45 682,20	176 380,66
		1 395 310,89	1 647 249,20
Total do ativo		3 547 379,63	3 923 495,60
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	3.2.8;16.7;	24 939,89	24 939,89
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	3.2.8;16.7;	84 660,86	84 660,86
Resultados transitados	3.2.8;16.7;	374 509,54	815 644,37
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	3.2.8;16.7;	613 985,88	665 622,99
		1 098 096,17	1 590 868,11
Resultado líquido do período	16.7	-54 985,06	-437 596,41
Total dos fundos patrimoniais		1 043 111,11	1 153 271,70
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	3.2.10;6;	457 352,09	708 691,69
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		457 352,09	708 691,69
Passivo corrente			
Fornecedores	3.2.7;16.8;	421 061,93	430 328,23
Estado e outros entes públicos	3.2.11;16.9;	163 692,27	157 020,91
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16.2;	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	3.2.10;6;	379 526,76	365 619,44
Diferimentos	3.2.10;16.4;	7 767,28	4 364,38
Outros passivos correntes	3.2.7;16.10;	1 074 868,19	884 487,19
		2 046 916,43	1 841 820,15
Total do passivo		2 504 268,52	2 550 511,84
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 547 379,63	3 703 783,54

Conselho Executivo


 António Silva Leal
 Presidente do Conselho Executivo
 NIF: 502 904 879

Contabilista Certificado



FUNDAÇÃO ANTÓNIO SILVA LEAL
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 502904879

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	8;	4.956.604,86	4.558.716,69
Subsídios, doações e legados à exploração	10;16.11	216.513,04	306.125,63
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7;8;	-68.267,97	-99.126,76
Fornecimentos e serviços externos	8;16.12	-1.323.626,27	-1.371.803,13
Gastos com o pessoal	8;12;	-3.832.247,88	-3.662.998,91
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	-1.827,43	-118.036,23
Provisões (aumentos/reduções)	9;	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	3.2.9;	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	8;16.13	171.485,46	169.503,91
Outros gastos	8;16.14	-11.674,39	-6.189,35
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		106.959,42	-223.808,15
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4;5;8;	-114.110,37	-136.683,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-7.150,95	-360.491,15
Juros e rendimentos similares obtidos	8;16.15	0,00	0,00
Gastos e perdas de financiamento	3.2.10;6;8	-47.834,11	-77.105,26
Resultados antes de impostos		-54.985,06	-437.596,41
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-54.985,06	-437.596,41

Conselho Executivo

Contabilista Certificado


António Silva Leal
Fundação
António Silva Leal
NIPC: 502 904 879



FUNDAÇÃO ANTÔNIO SILVA LEAL
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes	3.2.7;16.3	5 297 394,51	4 692 737,31
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios	3.2.7;	0,00	0,00
Pagamentos de bolsas	3.2.7;	0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	3.2.7;	-1 487 368,38	-1 310 976,67
Pagamentos ao pessoal	3.2.7;12	-2 567 747,22	-2 425 143,46
Caixa gerada pelas operações	3.2.7;12	1 242 278,91	956 617,18
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	3.2.7;10;16.3;	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-819 912,08	-754 806,42
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		422 366,83	201 810,76
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1;4.6	-20 825,75	-51 280,74
Ativos intangíveis	3.2.4;	0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1;	22 292,48	115 000,00
Ativos intangíveis	3.2.4;	0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento	10;	3 402,90	3 160,00
Juros e rendimentos similares		20 177,49	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		25 047,12	66 879,26
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	3.2.10;6;	0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações	8;	410,00	8 193,90
Outras operações de financiamentos	3.2.10;6	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	3.2.10;6;	-269 598,88	-265 785,09
Juros e gastos similares	3.2.10;6;	-47 526,61	-73 073,85
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-316 715,49	-330 665,04
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		130 698,46	-61 975,02
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		176 380,66	238 355,68
Caixa e seus equivalentes no fim do período		45 682,20	176 380,66

Conselho Executivo

Contabilista Certificado


António Silva Leal

Fundação
António Silva Leal
NIPC: 602 904 879



FUNDAÇÃO ANTÓNIO SILVA LEAL

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 2024

Contribuinte : 502904879
Moeda : EUROS

Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe												
DESCRÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Translatados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
6	3.2.16.7;	24 939,89 €	- €	84 660,86 €	985 355,80 €	175 944,78 €	- €	417 301,50 €	- 102 024,72 €	1 526 181,51 €	- €	1 526 181,51 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alteração de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização de excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivos												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Aplicação de Resultado Líquido												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais												
7	3.2.16.7;				- 162 024,72 € - 7 689,71 €	7 689,71 €		64 686,60 €	162 024,72 €	64 686,60 €		64 686,60 €
8	3.2.16.7;				- 169 714,43 €	7 689,71 €		64 686,60 €	- 437 596,41 €	- 437 596,41 €		- 437 596,41 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO												
9=7+8									- 275 571,69 €	- 372 909,81 €		- 372 909,81 €
RESULTADO EXTENSIVO												
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
10												
11=6+7+8+10	3.2.16.7;	24 939,89 €	- €	84 660,86 €	815 644,37 €	183 634,49 €	- €	481 986,50 €	- 437 596,41 €	1 153 271,70 €	- €	1 153 271,70 €

FUNDAÇÃO ANTÓNIO SILVA LEAL

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 2025

Contribuinte : 502904879
Moeda : EUROS

Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe												
DESCRÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Translatados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
6	3.2.16.7;	24 939,89 €	- €	84 660,86 €	815 644,37 €	183 634,49 €	- €	481 985,50 €	- 437 596,41 €	1 153 271,70 €	- €	1 153 271,70 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alteração de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização de excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Aplicação de Resultado Líquido												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais												
7	3.2.16.7;				- 437 596,41 € - 3 538,42 €	- 3 538,42 €	-	- 55 175,53 €	437 596,41 €	- €		- 55 175,53 €
8	3.2.16.7;				- 441 134,03 €	3 538,42 €	-	- 55 175,53 €	437 596,41 €	- 55 175,53 €		- 55 175,53 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO												
- 54 985,06 € - 54 985,06 €												
- 110 160,69 €												
9=7+8												
RESULTADO EXTENSIVO												
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
10												
- € - €												
- €												
11=6+7+8+10												
426 812,97 € - 54 985,06 € 1 043 111,11 €												
- €												
1 043 111,11 €												

Contabilista Certificado



O Conselho Executivo


António Silva Leal
NIF: 502 904 879

FUNDAÇÃO ANTÓNIO SILVA LEAL

Anexo

21 de abril de 2026

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:....	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
3.3	Comparabilidade com as Demonstrações Financeiras do exercício anterior.	15
4	Activos Fixos Tangíveis.....	15
5	Activos Intangíveis	17
6	Custos de Empréstimos Obtidos	18
7	Inventários	19
8	Rendimentos e Gastos.....	19
9	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	20
10	Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas	21
11	Instrumentos Financeiros	22
12	Benefícios dos empregados	22
13	Acontecimentos após data de Balanço	22
14	Agricultura.....	22
15	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	22
16	Outras Divulgações.....	23
16.1	Operações contratas pela Entidade com partes relacionadas	23
16.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	24
16.3	Créditos a receber.....	24
16.4	Diferimentos.....	24
16.5	Outros Instrumentos Financeiros	25
16.6	Caixa e Depósitos Bancários	25
16.7	Fundos Patrimoniais	25
16.8	Fornecedores.....	25
16.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	26
16.10	Outros Passivos Correntes	26
16.11	Outros Passivos Financeiros.....	26
16.12	Subsídios, doações e legados à exploração	27
16.13	Fornecimentos e serviços externos	27
16.14	Outros rendimentos e ganhos	27
16.15	Outros gastos e perdas.....	28
16.16	Resultados Financeiros.....	28

1 Identificação da Entidade

A "FUNDAÇÃO ANTÓNIO SILVA LEAL" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Fundação" com estatutos publicados no Diário da República n.º 277/93, Série II, com sede em Rua Carlos Testa n.º 1, 4.º A, Lisboa. Tem como actividade o desenvolvimento privilegiado de actividades da Segurança Social para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- Promoção e participação em Projectos de Luta contra a Pobreza, visando o desenvolvimento de comunidades locais e grupos alvo;
 - Creches, Jardins de Infância e Centros de Actividades de Tempos Livres;
- Criação, Gestão e Manutenção:
 - Lares para Deficientes e Lares para Crianças e Jovens privados do meio familiar normal e outras situações de risco;
 - Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, Centros de Dia, Serviços de Apoio Domiciliário e assistência para Idosos;
 - Colónias e Centros de Férias para Famílias, idosos, jovens e crianças;
- Prestação de Apoio a familiares de utentes, nomeadamente, no que respeita à orientação e acolhimento;
- Promoção de acções de cooperação e de troca de experiências com Instituições congéneres nacionais e Internacionais;
- Promoção de outras acções no âmbito da Segurança Social, Justiça, Educação, Habitação, Emprego, Ambiente, Saúde, Administração Local, Juventude, Cultura e Desporto;
- Promoção de actividades de Formação Profissional.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;

- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos

activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	n.a.
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	n.a.
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	n.a.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

A Entidade não possui Bens do património histórico e cultural.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou aos

fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Activos Intangíveis

Os "Activos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	n.a.
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	n.a.
Outros Activos Intangíveis	n.a.

O valor residual de um "Activo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, ou
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo, é realizada uma avaliação quanto à

recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Fundação adopta como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out). Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Fundação detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os "Instrumentos Financeiros" com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;

- Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Fundação avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Fundação ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Fundação analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Fundação reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação

presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Fundação reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Fundação por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu

reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso

de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas."

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Fundação dos anos de 2014 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.3 Comparabilidade com as Demonstrações Financeiras do exercício anterior

Nada a assinalar.

4 Activos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Fundação não possui no seu activo Bens do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

A Fundação não possui no seu activo Bens do património, histórico e cultural.

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	41.634,17	18.545,51	0,00			60.179,68
Edifícios e outras construções	2.558.585,37	88.268,19	26.188,45	0,00		2.620.665,11
Equipamento básico	906.613,90	17.343,48	0,00	0,00		923.957,38
Equipamento de transporte	402.684,54	0,00	22.571,48	0,00		380.113,06
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00			0,00

Equipamento administrativo	494.599,93	3.069,99	0,00	0,00		497.669,92
Outros Activos fixos tangíveis	4.416,80	0,00	0,00	0,00		4.416,80
Total	4.408.534,71	122.227,17	48.759,93	0,00	0,00	4.487.001,95
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	992.764,48	51.782,18	1.047,54	0,00		1.043.499,12
Equipamento básico	815.295,47	22.231,96	0,00	0,00		837.527,43
Equipamento de transporte	285.345,99	54.865,16	22.571,48	0,00		317.639,67
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00			0,00
Equipamento administrativo	478.914,68	6.531,63	0,00	0,00		485.446,31
Outros Activos fixos tangíveis	3.892,89	167,35	0,00	0,00		4.060,24
Total	2.576.213,51	135.578,28	23.619,02	0,00	0,00	2.688.172,77
Investimentos em Curso						171.462,68
Activos Fixos Tangíveis Líquido						1.970.291,86

	2025					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	60.179,68	0,00	0,00			60.179,68
Edifícios e outras construções	2.620.665,11	0,00	0,00	0,00		2.620.665,11
Equipamento básico	923.957,38	19.966,23	0,00	0,00		943.923,61
Equipamento de transporte	380.113,06	0,00	57.046,64	0,00		323.066,42
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00			0,00
Equipamento administrativo	497.669,92	710,94	0,00	0,00		498.380,86
Outros Activos fixos tangíveis	4.416,80	0,00	0,00	0,00		4.416,80
Total	4.487.001,95	20.677,17	57.046,64	0,00	0,00	4.450.632,48
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	1.043.499,12	48.049,54	0,00	0,00		1.091.548,66
Equipamento básico	837.527,43	22.830,29	0,00	0,00		860.357,72
Equipamento de transporte	317.639,67	37.083,54	47.046,64	0,00		307.676,57
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00			0,00
Equipamento administrativo	485.446,31	4.490,55	0,00	0,00		489.936,86
Outros Activos fixos tangíveis	4.060,24	167,35	0,00	0,00		4.227,59
Total	2.688.172,77	112.621,27	47.046,64	0,00	0,00	2.753.747,40
Investimentos em Curso						174.045,68
Activos Fixos Tangíveis Líquido						1.871.079,34

Investimentos em Curso	Valor Escriturado
Projecto Requalificação Colónia de Férias O BÚZIO	84.401,61
Projecto Requalificação ERPI NS VISITAÇÃO	15.529,20
Projecto ULDM NS VISITAÇÃO	71.810,97
Creche Os Amendoinhas	1.088,55
Centro Infantil O Búzio	1.215,35
Total	174.045,68

Dos Activos Fixos Tangíveis, encontram-se dados como garantia de passivo três imóveis, todos situados em Faro: o imóvel da Creche MALTA PEQUENA, o imóvel onde é desenvolvida a actividade da Casa Abrigo Masculina PROTECÇÃO PARA TODOS e os escritórios onde se encontram instalados os Serviços Financeiros e de Formação, o que totaliza uma garantia de 995.000€.

Propriedades de Investimento

A Fundação não possui no seu activo propriedades de investimento.

5 Activos Intangíveis

Bens do domínio público

A Fundação não possui Activos Intangíveis do domínio público.

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2025					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	60.760,17	0,00	0,00	0,00		60.760,17
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	75.820,00	0,00	0,00			75.820,00
Total	136.580,17	0,00	0,00	0,00	0,00	136.580,17
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de	0,00					0,00

Desenvolvimento						
Programas de Computador	58.988,72	723,24	0,00			59.711,96
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	14.551,16	765,86	0,00			15.317,02
Total	73.539,88	1.489,10	0,00	0,00	0,00	75.028,98
Activos Fixos Intangíveis Líquido						61.551,19

2024						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	59.376,42	1.383,75	0,00	0,00		60.760,17
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	75.820,00		0,00			75.820,00
Total	135.196,42	1.383,75	0,00	0,00	0,00	136.580,17
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	58.649,86	338,86	0,00	0,00		58.988,72
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	13.785,30	765,86	0,00			14.551,16
Total	72.435,16	1.104,72	0,00	0,00	0,00	73.539,88
Activos Fixos Intangíveis						63.040,29

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Encontram-se a decorrer 5 contratos de locações financeiras associados à aquisição de 5 viaturas automóveis, contratualizadas com as instituições BMW Group Financial Services (2) e Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito SA (3).

A Fundação recorreu em 2020 à moratória para contratos de crédito prevista no Decreto-Lei n.º 10-J/2020, na modalidade de capitalização dos juros vencidos.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	217.464,10	454.374,73	671.838,83	228.575,21	678.134,46	906.709,67
Locações Financeiras	18.164,94	2.977,36	21.230,35	37.044,23	30.557,23	67.601,46
Descobertos Bancários	43.897,72	0,00	43.897,72	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	100.000,00		100.000,00	100.000,00		100.000,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras			0,00			0,00

descontadas						
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	379.526,76	457.352,09	836.966,90	365.619,44	708.691,69	1.074.311,13

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2025 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024				2025		
	Inventário inicial	Compras e donativos de bens consumidos	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras e donativos de bens consumidos	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	99.126,76	0,00	0,00	68.267,97	0,00	0,00
Material de Prevenção CoVid-19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	0,00	99.126,76	0,00	0,00	68.267,97	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				99.126,76			68.267,97
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

8 Rendimentos e Gastos

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas e Prestações de Serviços	4.956.604,86	4.558.716,69
Matrículas e Mensalidades de Utentes	1.476.774,70	2.091.626,86
Jóias e actividades didácticas	114.526,91	111.736,57
Comparticipações ISS IP	3.273.308,20	2.294.897,62
Descontos e abatimentos	-9.763,15	-7.116,52
Outras prestações de serviços	101.758,20	67.572,16
Subsídios e legados à exploração	216.513,04	306.125,63
Juros e Rendimentos Similares	0,00	0,00
Reversões de perdas por imparidade	0,00	0,00
Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00
Outros Rendimentos	171.485,46	169.503,91
Donativos angariados	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias	930,68	3.538,42

Rendimentos em investimentos não financeiros	48.498,81	82.629,60
Afectação de subsídios para investimentos e de doações de equipamentos	67.670,77	30.213,40
Outros rendimentos suplementares	54.385,20	53.122,49
Total	5.344.603,36	5.034.346,23

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Gastos:

Gastos	2025	2024
Custo das matérias consumidas	68.267,97	99.126,76
Fornecimentos e Serviços Externos	1.323.626,27	1.371.803,13
Subcontratos	458.489,01	449.019,82
Serviços Especializados	262.465,13	265.664,80
Materiais	59.360,90	72.600,50
Energia e Fluidos	153.505,29	147.010,30
Deslocações, Estadas e Transportes	9.024,20	12.466,00
Serviços Diversos	380.781,74	425.041,71
Gastos com Pessoal	3.832.247,88	3.662.998,91
Remunerações dos Órgãos Sociais	235.798,00	225.228,00
Remunerações do Pessoal	2.878.576,48	2.751.315,88
Indemnizações	2.890,56	3.513,60
Encargos sobre Remunerações	626.385,05	620.660,04
Seguros de Acidentes de Trabalho e Outros	33.668,92	36.275,63
Outros Gastos com Pessoal	54.928,87	26.005,76
Gastos de Depreciações e Amortizações	114.110,37	136.683,00
Perdas por Imparidades	1.827,43	118.036,23
Gastos de Financiamento	47.834,11	77.105,26
Juros Suportados	42.032,90	73.137,22
Outros Gastos de Financiamentos	5.801,21	3.968,04
Outros Gastos	11.674,39	5.688,41
Impostos	1.327,72	1.528,21
Gastos em Investimentos não Financeiros	5.200,00	500,94
Semanadas/Mesadas de Utentes	0,00	0,00
Outros Gastos	5.146,67	4.160,20
Total	5.399.588,42	5.471.441,70

9 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2025 e 2024 não foram identificadas situações que resultassem na criação de provisões, nomeadamente processos contra a Fundação.

Passivos contingentes

A Fundação não detém passivos em contingente nos exercícios de 2025 e 2024.

Activos contingentes

A Fundação não detém activos em contingente nos exercícios de 2025 e 2024.

10 Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Fundação tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Estado" e "Apoios do Estado":

Descrição	2025	2024
Subsídios e outros apoios de Entidades Públicas		
Educação e formação	54.260,92	8.829,31
ISS IP Pré Escolar Búzio	54.260,92	0,00
Estágios Profissionais e outros Incentivos ao Emprego	0,00	8.829,31
Outros Subsídios	89.548,50	188.293,92
Autarquias	89.548,50	188.293,92
POAPMC	0,00	0,00
Doações e Heranças	72.703,62	109.002,40
Total de Subsídios à Exploração	216.513,04	306.125,63
Subsídios ao investimento	24.291,53	17.761,23
PIDDAC/95 - Centro infantil O Búzio	2.468,11	2.468,16
PIDDAC/95 - ATL O Búzio	1.451,25	1.451,25
PIDDAC/96 - Centro Infantil O Búzio	483,75	483,75
POEFDS - Casa Abrigo	2.065,02	2.065,02
PAFI/2017 - Município de Sintra - Manutenção de equipamento	0,00	103,59
PAFI 2018 - Município de Sintra - Quinta do Oitão	100,62	604,17
PAFI 2019 - Município de Sintra - Quinta do Oitão	218,50	238,33
PAFI 2020 - Município de Sintra - Quinta do Oitão	400,00	400,00
PARES - Construção Creche Malta Pequena	3.071,58	3.071,58
Município de Faro - Construção Creche Malta Pequena	1.875,43	1.875,43
Mobilidade Verde – Viatura Eléctrica SAD	5.000,00	5.000,00
PIDDAC Seara Nova	2.490,85	0,00
FEDER Seara Nova	1.409,78	0,00
PARES Seara Nova	3.256,64	0,00
Doações e contribuições	43.279,24	5.840,40
Direito de superfície terreno Guia Lar N. Sra. Visitação	765,86	765,84
Campanha BPI NS Visitação	1.486,76	0,00
Direito de superfície terreno Faro Creche Malta Pequena	0,00	3.438,04
Herança José Duarte Roque	39.490,12	1.636,50
Herança José Duarte Roque	1.636,50	0,00
Total Imputação Subsídios e Doações	284.083,81	329.727,26

11 Instrumentos Financeiros

A Fundação não realizou operações em moeda estrangeira nos exercícios de 2025 e 2024.

12 Benefícios dos empregados

O número de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2025 e 31/12/2024 foi de 175 e 174, respectivamente.

Os gastos que a Fundação incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	235.798,00	225.228,00
Remunerações ao pessoal	2.878.576,48	2.751.315,88
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	2.890,56	3.513,60
Encargos sobre as Remunerações	626.385,05	620.660,04
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	33.668,92	36.275,63
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	54.928,87	26.005,76
Total	3.832.247,88	3.662.998,91

13 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho Executivo em 21 de Abril de 2026.

14 Agricultura

Nesta matéria, nada há a assinalar.

15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2025 e 2024, foram de 6.000€, acrescido de IVA à taxa normal em vigor, em cada um dos períodos.

16 Outras Divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

16.1 Operações contratas pela Entidade com partes relacionadas

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

A Fundação criou em 2014 a sociedade FUTURALFABETO - Educação e Formação, Lda., cujo capital social de 25.000€ é integralmente detido por esta, com o objectivo de transferir o estabelecimento Instituto Desenvolvimento Social (IDS) para aquela empresa, situação que se verificou em 01 de Janeiro de 2015. Na contabilização deste Investimentos Financeiros, foi utilizado o Método de Equivalência Patrimonial (MEP), sendo que o valor inscrito corresponde ao valor do Capital Próprio daquela subsidiária, isto é, o Capital Social de 25.000€ investido acrescido do somatório dos resultados líquidos dos exercícios, o qual correspondeu em 2025 a 213.103,59€.

Descrição	2025	2024
Investimentos em subsidiárias	213.103,59	212.172,91
Método de Equivalência Patrimonial	213.103,59	212.172,91
Outros Métodos	0,00	0,00
Empréstimos concedidos a subsidiárias	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	500,00	500,00
Outros investimentos financeiros	5.834,62	30.241,34
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	219.438,21	242.914,25

16.2

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Activo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

16.3 Créditos a receber

A rubrica "Créditos a Receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Clientes C/C	182,00	0,00
Utentes C/C	11.366,41	16.244,55
Clientes e Utentes de Cobrança Duvidosa	105.611,19	103.783,76
Clientes e Utentes - Perdas por Imparidade Acumuladas	-105.611,32	-103.783,89
Entidades Públicas resultante de Acordos/Protocolos	937.375,96	1.020.968,29
Entidades Públicas financiadores de Projectos	0,00	5.062,40
Poupanças de Utentes	203,79	1.581,58
Cauções de Arrendamentos e Garantias	0,00	0,00
Outros Devedores	409.027,98	271.427,49
Outras Perdas por Imparidade	-126.658,51	-126.658,51
Total	1.231.497,50	1.188.647,87

16.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Activo		
Gastos a Reconhecer	33.702,80	31.570,99
Total	33.702,80	31.570,99

Passivo		
Rendimentos a Reconhecer	7.767,28	4.364,38
Total	7.767,28	4.364,38

16.5 Outros Instrumentos Financeiros

A Fundação não deteve outros activos financeiros nos exercícios de 2025 e 2024.

16.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	6.455,35	3.252,47
Depósitos à ordem	39.226,85	133.305,68
Depósitos a prazo	0,00	39.822,51
Outros		
Total	45.682,20	176.380,66

Realça-se que todos os valores monetários estão disponíveis para uso.

16.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	24.939,89	0,00	0,00	24.939,89
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	84.660,86	0,00	0,00	84.660,86
Resultados transitados	815.644,37	0,00	441.134,83	374.509,54
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	665.622,99	0,00	51.637,11	613.985,88
Resultado Líquido do Exercício	-437.596,41	437.596,41	54.985,06	-54.985,06
Total	1.153.271,70	437.596,41	547.757,00	1.043.111,11

16.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	417.739,70	423.745,27
Fornecedores de Investimentos	3.322,23	6.582,96
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	421.061,93	430.328,23

16.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	18.412,73	18.483,97
Retenções na fonte IRS/IRC	0,00	0,00
Segurança Social	0,00	0,00
Caixa Geral de Aposentações	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	18.412,73	18.483,97
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	1,86
Retenções na fonte IRS/IRC	32.436,21	30.955,67
Segurança Social	131.256,06	126.063,38
Caixa Geral de Aposentações	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	163.692,27	157.020,91

Os valores que constam no Passivo relativo a Retenções na Fonte (IRS/IRC) e Segurança Social correspondem a montantes liquidados em Janeiro de 2026.

16.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal - Remunerações a pagar		390,50		184,05
Adiantamentos de Clientes/Utentes		55.406,12		31.221,22
Entidades Públicas relacionadas com Acordos/Protocolos		0,00		2.086,53
Entidades Públicas Financiadoras de Projectos		50.205,00		32.030,00
Prestadores de serviços		643,00		0,00
Poupanças e cauções de utentes		114.801,63		128.891,31
Outros Credores		381.143,89		241.642,09
Remunerações a liquidar		462.497,50		436.697,18
Outros Credores por Acréscimos de Gastos		9.780,55		11.734,81
Total	0,00	1.074.868,19	0,00	884.487,19

16.11 Outros Passivos Financeiros

Nos exercícios 2025 e 2024, a Fundação não deteve outros passivos financeiros.

16.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A Fundação reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	143.809,42	197.123,23
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	72.703,62	109.002,40
Legados	0,00	0,00
Total	216.513,04	306.125,63

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

16.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	458.489,01	449.019,82
Serviços especializados	262.465,13	265.664,80
Materiais	59.360,90	72.600,50
Energia e fluidos	153.505,29	147.010,30
Deslocações, estadas e transportes	9.024,20	12.466,00
Serviços diversos	380.781,74	425.041,71
Total	1.323.626,27	1.371.803,13

16.14 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Donativos angariados	0,00	0,00
Outros rendimentos suplementares	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	930,68	3.538,42
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	48.498,81	82.629,60
Imputação de subsídios para investimentos	67.670,77	30.213,40
Outros rendimentos e ganhos	54.385,20	53.122,49
Total	171.485,46	169.503,91

16.15 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos indirectos	1.327,72	1.528,21
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	500,94
Gastos e perdas investimentos não financeiros	5.200,00	0,00
Semanadas e mesadas a utentes internos	0,00	0,00
Donativos concedidos	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	5.146,67	4.160,20
Total	11.674,39	6.189,35

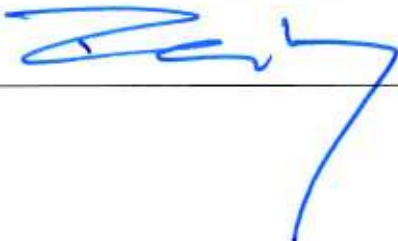
16.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	42.032,90	73.137,22
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	5.801,21	3.968,04
Total	47.834,11	77.105,26
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-47.834,11	-77.105,26

Lisboa, 21 de abril de 2026

O Contabilista Certificado



O Conselho Executivo




António Silva Leal
NIPC: 502 904 879

